## Requerimento nº 2021 (Do Sr. Paulo Teixeira)

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão da Comissão Especial destinada a debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa).

Senhor presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Especial para debater os impactos da PEC nº 32/2020 (Reforma Administrativa) nas carreiras do serviço público.

Na oportunidade, solicito que sejam convidadas as seguintes entidades destacadas abaixo:

- Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC)
- Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF)

## **JUSTIFICAÇÃO**

A proposta em questão visa modificar os dispositivos constitucionais sobre servidores e empregados públicos e a modificação da organização da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Em linhas gerais, a PEC trata da desconstitucionalização dos direitos, remetendo para leis complementares e ordinárias; ao fim do Regime Jurídico Único (RJU), a instituição de novas modalidades de contratação e as formas de ingresso no serviço público; o fim da estabilidade como regra e uma estabilidade mitigada para os cargos típicos de Estado; o fim das promoções automáticas por tempo de serviço; extinção de vantagens; e dentre outros.

Tendo em vista o impacto que a referida PEC causará ao Estado brasileiro e na prestação de serviços à população, propomos sejam convidados





para este colegiado os membros de diversas entidades representativas do serviço público brasileiro, de diferentes áreas, para fomentar e aprofundar o debate e oportunizar o posicionamento dos(as) mesmos(as) sobre o tema.

Desta forma, tendo em vista tratar-se de assunto de grande relevância nacional e com o fito de garantir o debate democrático com a sociedade brasileira, encaminho o presente requerimento e solicito o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Deputado Paulo Teixeira PT/SP



